

MEMÓRIA E CONSTRUÇÃO DOS MITOS: REFLEXÃO EM TORNO DOS HERÓIS*

MARIA ISABEL JOÃO

A maior parte dos centenários, realizados entre 1880 (ano do tricentenário de Camões) e o final do Estado Novo, comemorou o nascimento ou a morte de um indivíduo. E mesmo aqueles que se centraram na evocação de um acontecimento histórico fizeram-no de forma personalizada, atribuindo uma importância fundamental à acção de um ou vários protagonistas. Esta personalização da história não foi indiferente aos objectivos pedagógicos, de moralização e exemplo, que estiveram subjacentes na realização dos centenários. Teófilo Braga foi ainda mais longe quando afirmou que "o sentimento de veneração é uma das principais forças coordenadoras das sociedades humanas; sem ele a ordem seria uma violência material e nunca um acordo harmonico das vontades". Por isso, os centenários dos grandes homens deveriam ser uma forma de substituir os tradicionais objectos de veneração das religiões por outros mais adequados a uma visão racional do mundo. Esta ideia importada do positivismo de Auguste Comte não era inédita e remontava ao século XVIII, tendo tido uma tradução prática nas festas cívicas da Revolução francesa.

Os dois aspectos enunciados são fundamentais para se compreender o papel específico que as figuras e a personalização da história assumiu nas comemorações. De modo geral, havia a ideia bem enraizada de que a história só podia ser transmitida às crianças e ao "povo" utilizando o chamado "método biográfico", porque as considerações teóricas, as generalidades e abstracções não despertavam a imaginação e a sensibilidade. Só a história vivida, de carne

* O texto deste artigo corresponde, com ligeiras alterações, a um excerto do último capítulo da dissertação de doutoramento da autora, subordinada ao título: *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Foi ainda objecto de uma comunicação realizada no âmbito de um Congresso da Associação de Professores de História, em Lisboa e no Porto.

e osso, com a dose certa de drama e tragédia seria susceptível de comunicar às novas gerações e às massas, que era necessário formar dentro de novos valores, as ideias fundamentais sobre o passado comum e a acção dos grandes homens que, de algum modo, tinham contribuído para o "progresso" da nação e da humanidade. Dai a voga das obras e colecções que apresentavam as biografias dos heróis de que os portugueses deveriam orgulhar-se e admirar como exemplos² e a própria importância dos centenários. Mas, além da questão pedagógica, existia também a convicção de que a história podia ser reduzida à biografia de determinados indivíduos "apaixonados e fortes", que tivessem dado "convergência aos interesses, aos sentimentos, às opiniões e aspirações da colectividade, tornando-se por isso mesmo os representantes de uma época"³. Neste ponto, Teófilo Braga seguia de perto Ralph Emerson e a ideia de *representativ man* que teve grande aceitação nos meios culturais portugueses.

É evidente que a questão das ideias de herói e grande homem era mais complexa e suscitou um aceso debate ao longo do século, onde se cruzavam as mais diversas concepções filosóficas e interpretações sobre o assunto⁴. Os centenários não eram o momento azado para tal discussão, se bem que tais ideias não deixassem de moldar as escolhas e as visões apresentadas pelos intervenientes. Em linhas muito gerais, o século XIX tinha visto emergir novos ideais de heroísmo que se prendiam com os valores da criação cultural e da governação das sociedades. Em especial, os artistas, os homens de letras e os estadistas passaram a ser celebrados pelas suas qualidades superiores e pelo contributo que se considerava que tinham dado para os respectivos países e a civilização. O mérito ou merecimento estava, por conseguinte, no centro da concepção de grande homem, que era, afinal, uma espécie de herói da humanidade. Mas não deixou, por isso, de continuar a valorizar-se os grandes aventureiros, que encarnavam nos exploradores dos sertões africanos, ou o heroísmo militar. As campanhas africanas do final do século e a exaltação nacionalista desencadeada pelo ultimato britânico favoreceram um clima de recuperação dos valores guerreiros, os quais foram também enaltecidos nas comemorações da Guerra Peninsular. Estas celebrações tiveram lugar nos últimos anos da Monarquia Constitucional e comemoraram as vitórias dos portugueses contra os exércitos de Napoleão.

Os heróis distinguiam-se dos outros homens pelas suas acções em prol da "evolução social" e do "progresso" não só da nação mas também de todo o género humano. A concepção evolucionista e a crença no progresso associavam-se a um certo ecumenismo que remontava ao primeiro romantismo e à ideia da Revolução francesa da fraternidade universal. No tricentenário de Camões, os republicanos mais proeminentes defenderam esse tipo de posições de carácter humanista. Tais ideias tiveram uma considerável projecção ao longo do século e repercussão para

além dele no ideário de alguns sectores republicanos, mas também é certo que as concepções nacionalistas mais ligadas a valores conservadores, voltadas para a exaltação das glórias nacionais e as reivindicações imperialistas, tiveram uma importância significativa nos vários centenários. Na comemoração do nascimento do infante D. Henrique e no quarto centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, realizados nos anos noventa, essa orientação foi dominante. Os seus contornos ideológicos inscreviam-se já numa corrente do nacionalismo que, passando sobretudo pelos sectores da direita republicana e pelas oposições conservadoras, nomeadamente pelos integralistas, iria desembocar no Estado Novo.

Numa perspectiva bastante generalizada, os heróis caracterizavam-se por serem sobre-humanos, colocados num plano muito superior aos comuns mortais, uma espécie de santos transformados, secularizados. E, por isso, tendiam a libertá-los das limitações humanas, dos defeitos que ensombriavam as suas virtudes e tornavam-nos figuras puramente legendárias e ideais. A leitura ao pé da letra das crónicas contribuiu de forma decisiva para muitas imagens idealizadas que se vulgarizaram. Tomavam-se as narrativas dos cronistas e os testemunhos coevos como a verdade pura e simples, sem questionar os mecanismos de produção dessas representações e os respectivos limites. Muitas das imagens assim divulgadas eram tributárias de um *realismo ingénuo*, incapaz de submeter as fontes a uma análise crítica mais aprofundada. Deste modo, a historiografia erudita e de divulgação dava vulgarmente curso a narrativas que se inseriam numa longa tradição da memória. Por outro lado, tendia a projectar-se as concepções e valores do momento na visão das figuras históricas, de forma bastante anacrónica. Mais uma vez, as limitações dos métodos historiográficos e os propósitos formativos contribuíam para a interpretação dos factos históricos e das personagens de acordo com as ideias do presente.

Apesar da profusão de récitas que circulavam sobre as figuras históricas, faltava uma voz que conseguisse unificar as ideias latentes e dispersas numa síntese suficientemente forte e original que marcasse uma época. Esse papel coube a Oliveira Martins, com a sua obra sobre *Os Filhos de D. João I* (1889-90)⁵. O sucesso foi imediato e os poderosos retratos que traçou dos personagens, segundo o que designou como o "método artístico ou sintético", produziram uma grande emoção nos leitores. Partiu da ideia central que a "história tem nos caracteres, como a pintura do retrato, o seu terreno de eleição; porque o homem, com as suas crenças, ideias e até preconceitos e fábulas, foi o construtor da sociedade"⁶. É possível que haja nesta proposta alguma influência das obras de Thomas Carlyle, cujos retratos históricos são esboçados em contrastes muito fortes e impressionantes⁷. Mas outros aspectos da ideia de herói deste autor vitoriano, nomeadamente a sua concepção providencialista da história, não eram partilhados por Oliveira Martins.

Depois do sucesso da primeira obra, o projecto do escritor consistia em dar continuidade à sua galeria de retratos dos heróis da nação. A segunda obra que ainda deixou completa foi dedicada a Nun' Álvares, mito de santo e guerreiro que era o coroar do que de mais puro havia na alma da nação. Como avisa logo no início, "os homens superiores são sempre symbolos: nem a superioridade está n'outra coisa"⁸. E o Condestável era o "heroe da Cavallaria nacional", o Galaaaz portuguez que havia de "descobrir o sacrario da patria, dando a commungar aos seus filhos a hostia santa do sacrificio; era elle que terminaria também as aventuras do reino de Portugal, com façanhas que gradualmente iam avultando na sua imaginação"⁹. Aventuras que não se esgotaram nas guerras com Castela e na conquista da independência do reino, mas no desabrochar de uma consciência nacional que teve o seu desfecho natural na expansão e na criação do império. Por isso, Nun' Álvares é uma figura messiânica: ele anunciou o destino de Portugal, depois dos tempos "obscuros e confusos" em que a história nacional se confundia com a dos outros reinos peninsulares¹⁰. Na arquitectura da visão da história de Portugal que Oliveira Martins tão sugestivamente desenvolveu, o período afonsino não tinha ainda o carácter original que permitiu afirmar o país como uma individualidade no contexto da Península Ibérica. Foi, por conseguinte, no reinado do mestre de Avis que se produziu a mutação essencial que tornou possível a afirmação de uma verdadeira nacionalidade e Nun'Álvares representa a consubstanciação da própria ideia de Portugal.

A ressonância desta poderosa construção mítica martiniana foi extraordinária e podemos vê-la em movimentos como a Cruzada Nun'Álvares, nas teses integralistas e, posteriormente, nos ideólogos do Estado Novo. A figura de Nun'Álvares é, por conseguinte, a chave da interpretação da história de Portugal. Os filhos de D. João I mais não fazem que dar corpo à ideia que ele anunciou e, com as suas virtudes e defeitos que os tornam mais vivos e humanos, foram o escol de dirigentes que soube levar por diante o projecto que permitiu cumprir o destino de Portugal. As nações só existem como tal, na visão martiniana, na medida em que se tornam conscientes da sua "vontade colectiva" e ultrapassam o estádio em que as classes, incluindo a nobreza, combatem por motivos vários, "nunca pelo sentimento de solidariedade nacional"¹¹. Ora foi a expansão ultramarina que tornou possível afirmar não só a individualidade da nação no contexto peninsular, mas também torná-la um "ser uno e vivo".

"Das proporções do estado dependia a sua grandeza; da sua grandeza a possibilidade de satisfazer a missão magnífica em que se sentia investido. Impossibilitado de se expandir na Península, Portugal viu-se forçado a embarcar. Ceuta foi a primeira viagem: Alcacercuibir a ultima"¹².

Os retratos psicológicos traçados pela pena de Oliveira Martins têm como base uma interpretação bastante livre dos testemunhos coevos, que o escritor joeira a seu modo, e a sua própria experiência pessoal que se projecta, por vezes de forma muito explícita, nas figuras¹³. A diversidade dos caracteres é um dos aspectos mais frutuosos da sua ideia de heroísmo. Na sua perspectiva, existem heróis que se caracterizam pela acção, como o infante D. Henrique, ou heróis da passividade, como o mártir D. Fernando, heróis da bondade, como Nun'Álvares, e heróis que se distinguem por uma centelha de loucura e crueldade, que são próprias do "génio"¹⁴, como no caso do Navegador. Mas aquilo que eleva realmente determinadas figuras a paradigmas de uma época é a "energia moral" e o "génio" que, no primeiro caso, as faz conduzir a sua vida dentro de princípios que contribuem para moldar a sociedade do seu tempo e, no segundo, conceber vastos planos e ideias que acabam por transformar o mundo. A "energia moral" foi a tónica do carácter de D. Filipa de Lencastre e a sua influência frutificou no comportamento do marido e dos filhos. Por ironia da sorte, o rei D. Duarte foi o que a teve em menor grau, mas o escritor compensou a sua fraqueza pela bondade do seu carácter. No extremo oposto, o infante D. Henrique destacou-se pelo "génio" que revelou concebendo o vasto plano dos descobrimentos marítimos, que ia desembocar na Índia, e devotando-se a essa empresa com todas as forças, ao ponto de se sacrificar a si e aos seus irmãos. O Infante pintado por Oliveira Martins é uma figura antipática, mas o autor adverte que a simpatia e grandeza deste tipo de homens está na empresa a que se devotaram e não na sua personalidade¹⁵. Mais adiante, Oliveira Martins afirma mesmo que o génio é "descaroável"¹⁶. Neste aspecto, ignorou uma parte substancial do testemunho de Zurara sobre a bondade do seu Príncipe¹⁷ e preferiu fazer uma interpretação pessoal dos acontecimentos daquele período, apoiado numa tradição da memória que também esteve presente em crónicas posteriores¹⁸. Já D. Pedro emerge das suas páginas como uma figura de estadista e um autêntico exemplo moral. A complexidade do seu carácter e a tarefa da governação a que dedicou parte importante da sua vida são de um valor "absolutamente superior" – "sondar, descobrir, explorar e governar homens" é, afinal, o verdadeiro e grande mistério que ainda continua por desvendar¹⁹. Por isso, em comparação com a do irmão, a vida de D. Pedro "encerra uma lição indubitavelmente superior".

O Príncipe Perfeito representava a síntese e a continuação do que de mais positivo havia na obra iniciada pelo infante D. Henrique e pelo regente D. Pedro e a personalização do governante por excelência. A morte não deixou Oliveira Martins concluir o volume dedicado a D. João II, do qual ficaram somente o plano geral da obra e o primeiro capítulo²⁰. Assim como não lhe permitiu dar continuidade ao seu plano de grandes biografias heróicas, no qual se incluíam ainda Afonso de Albuquerque e D. Sebastião²¹. Parece contraditório emparceirar figuras tão

dispares, mas na visão martiniana da história de Portugal o *terribil* representa o culminar da trajectória imperial da nação – o Alexandre português, o “nome em que a imaginação individualisa toda a historia magnifica da nossa aventura ultramarina” – e D. Sebastião “foi um Nun’Álvares posthumo”²². Anacronicamente formado nos valores da cavalaria, o projecto de conquistas marroquinas teve um desenlace fatal em Alcácer Quibir. A sua tragédia é a da própria pátria, presa nas malhas de um “catolicismo delirante” e de um “estado de morbidez psychologica”, que teve em D. Sebastião a mais fiel encarnação. Numa perspectiva positiva da história, dir-se-ia que o rei ficaria melhor colocado numa galeria de anti-heróis, uma figura quixotesca. Mas não é essa a concepção de Oliveira Martins que viu nele a expressão da generosidade, do voluntarismo, do idealismo que conduziu à imolação de toda uma geração.

O retrato psicológico destas figuras é complexo, por vezes paradoxal e com cambiantes de luz e de sombra que o torna mais vivo. Mas nem por isso são menos legendárias, visto que Oliveira Martins usa com grande liberdade as fontes e as interpreta à luz de arquétipos vagos que explicam, em última instância, as suas atitudes: o “génio peninsular”, o “carácter púnico”, o “temperamento meridional” em oposição ao anglo-saxão, quando se refere às diferenças entre o D. João I e D. Filipa de Lencastre. Mas vai mais longe: quando se refere a D. Sebastião, estabelecendo um paralelo entre o seu desaire e o do infante D. Henrique em Tânger, afirma que nas veias dele “corria o sangue generoso dos arianos, e no seu cérebro palpitavam os instintos da raça iminente, sempre alegre no sacrificio, e crente na verdade moral do mundo pairando sobre a confusão incoerente das coisas”²³. A “raça” fazia, por conseguinte, parte dos arquétipos usados por Oliveira Martins para interpretar os comportamentos humanos. E o D. Sebastião parece consubstanciar várias das idiossincrasias das “raças” donde emergiram os portugueses, na óptica datada e, hoje, já ultrapassada deste autor.

Os heróis de Oliveira Martins marcaram, decisivamente, toda uma época e tiveram repercussões que se estenderam muito para além dela. Quando, em 1924, estalou a polémica entre Carlos Malheiro Dias e António Sérgio por causa do primeiro ter apresentado D. Sebastião como um modelo para a juventude²⁴, apesar das profundas diferenças ideológicas entre ambos os contendores ainda eram os heróis martinianos que estavam em causa. Malheiro Dias recuperou o “último dos heróis antigos”, no quadro da sua visão monárquica e tradicionalista da pátria. A referência a D. Sebastião não era um aspecto essencial da exortação à mocidade que pretendia, sobretudo, apresentar o “patriotismo como mais ideal dos sentimentos” e afirmar que as pátrias se construíram com “heróis, poetas e mártires”²⁵. Mas o facto de tê-lo feito não deixa de revelar o que entendia ser um exemplo de sacrificio por um ideal que era, afinal, místico e guerreiro da nação e que não dissociava da expansão ultramarina.

As réplicas de António Sérgio foram azedas, porque o *Desejado* era a expressão mais acabada de tudo o que, na óptica do seu idealismo crítico e reformador, queria extirpar da sociedade portuguesa²⁶. Por isso, dedicou à memória de Nun'Álvares Pereira, do infante D. Henrique e de D. João II os testemunhos demolidores que compilou sobre D. Sebastião. A juventude não precisava do herói guerreiro e do sonho romântico de morrer de forma teatral pela nação, mas de heróis positivos, iluminados, que pudessem estimular o ideal de reformar a pátria (estadistas, sábios, apóstolos e reformadores)²⁷. E, mais uma vez, foram os heróis de Oliveira Martins que serviram de exemplo, apesar da leitura que Sérgio fazia deles não ser totalmente coincidente com a daquele. Idealizava os heróis do século XV, projectando neles a imagem de homens guiados pela razão, reflectidos, minuciosos, prudentes e com o auto-domínio necessário para a condução da grande empresa das navegações²⁸. Serviu-se dos retratos dos Painéis de S. Vicente de Fora para ilustrar a imagem que tinha desses homens: "As fisionomias de Nuno Gonçalves exprimem uma vontade reflectida e calma, - refreada, atenta, - cheia de decôro e de sensatez". Num aspecto, Oliveira Martins e António Sérgio estariam decerto em consonância: a necessidade de um escol de homens capazes de dirigir a nação, com energia e força moral. Por isso, em ambos o estadista ocupa o primeiro lugar no rol dos heróis que deviam servir de fecunda lição e exemplo. Apesar da distância que os separa sob múltiplos aspectos, a realidade que tinha conduzido à necessidade de repensar o problema dos heróis era idêntica: a grave crise política e social e a busca de repostas para a mesma.

A vitalidade das biografias de Oliveira Martins decorre do facto de ser uma resposta complexa, rica de sugestões para um duplo problema: a caracterização de heróis representativos da nação e, simultaneamente, o aparecimento de figuras capazes de salvar o país do que designou por "melancolica historia". Por isso, correntes ideológicas com posições muito diversas reviram-se nas suas páginas. O historicismo republicano foi buscar a Alexandre Herculano e Oliveira Martins as figuras heróicas que podiam ser consideradas representativas de determinados períodos gloriosos, de certos ideais e da própria nação, de modo a cultivar a devoção pela pátria²⁹. Uma das personalidades mais notáveis dessa área ideológica, o poeta-historiador Jaime Cortesão, fez o percurso da concepção romântica, muito influenciada por Oliveira Martins, para uma história "marcada o mais possível pelo carácter científico", sem nunca perder a sensibilidade ao drama e à afirmação da consciência humana³⁰. Os heróis que apresentava como exemplo aos seus alunos, quando exerceu a docência, eram ainda os de Oliveira Martins, aureolados de heroísmo e santidade. Mas depois da experiência traumática da guerra e preocupado com a necessidade de formar elites capazes para governar o país, defendia junto da mocidade que o verdadeiro homem superior distingue-se dos outros por ser o "que mais desinteressadamente serve a comunidade"³¹, isto é, um

“iluminado” capaz de encarnar as virtudes redentoras do povo português para levar por bom caminho a nação. Uma ideia que reunia largo consenso no seio da Renascença Portuguesa, cujos mentores se consideravam uma elite de homens superiores dispostos a servirem de “fermento para levedar a grande massa social na senda do progresso”³². Desiderato que não era incompatível, na perspectiva de Teixeira de Pascoais, com a orientação saudosista do movimento.

O culto dos heróis encontrou, nas primeiras décadas do século XX, um ambiente cultural muito propício, mercê das concepções filosóficas dominantes, que privilegiaram o intuitivo, o emocional e o dionisiaco, dos contributos da psicologia individual e de massas, e das circunstâncias especiais de crise decorrentes da Grande Guerra que abalaram a crença no progresso. Em Portugal, o regime republicano mostrava-se incapaz de cumprir a promessa de criar um mundo novo e os intelectuais procuravam no retorno às raízes e às tradições a resposta para os problemas, tal como tinha acontecido perante as incertezas do final do século. No campo literário, tanto as personalidades da Renascença Portuguesa – a “falange mais esclarecida” dos republicanos³³ – como os tradicionalistas se reviam nas glórias do passado e ressuscitavam os antepassados. Como escreveu Pascoais: “O sangue é a memória, presença de fantasmas, que nos dominam e dirigem. À voz do sangue responde a voz da terra; e este diálogo misterioso mostra os caracteres da nossa íntima fisionomia portuguesa”³⁴. Trata-se, afinal, da busca da identificação com o povo, com a terra portuguesa. O mesmo anseio dominou poetas como Alberto de Oliveira, Afonso Lopes Vieira, António Correia de Oliveira ou Mário Beirão e teve a sua expressão culminante na *Mensagem* de Fernando Pessoa.

A mais antiga das poesias que integra a obra foi escrita em 1913, dedicada a D. Fernando, e as mais recentes estão datadas de 1934³⁵. O Olimpo de Pessoa vai do mítico Ulisses, fundador de Lisboa, a D. Sebastião. Os castelos do brasão são os heróis fundadores: Viriato, o conde D. Henrique, D. Tareja, D. Afonso Henriques, D. Dinis, D. João I, D. Filipa de Lencastre. As quinas são os membros da Inclita Geração – o rei D. Duarte, D. Fernando, D. Pedro e o esquecido infante D. João – e, a última, D. Sebastião. A coroa é Nun’Álvares Pereira, “S. Portugal em ser”. O timbre é um grifo, misto de águia e leão que simboliza o Império: a cabeça é o infante D. Henrique, e as asas são D. João II e Afonso de Albuquerque. Os heróis das navegações povoam o “Mar Português”, com o Infante novamente à cabeça. Em seguida, destacam-se o Padrão, colocado por Diogo Cão, o marinheiro anónimo que enfrenta o mostrengo, a mando de D. João II, Bartolomeu Dias, Fernão de Magalhães, Vasco da Gama e a última nau que leva a bordo D. Sebastião. Os outros, que também descobriram terras, são “Os Colombos”, cuja auréola é dada “Por uma luz emprestada”.

Cada um dos heróis pessoanos tem uma legenda breve que resume, afinal, o seu lugar no imaginário da nação. No topo da hierarquia do Olimpo nacional,

Pessoa colocou Nun'Álvares, o herói que é o símbolo de Portugal. Não é uma ideia inédita: Guerra Junqueiro, na *Pátria*, e Oliveira Martins também o viram assim. O Condestável é o símbolo da antiga alma da nação – heróica, pura, idealista e movida pela fé. Junqueiro sonhava com a metempsicose, em moderno, do grande Condestável. Um *salvador* que fosse capaz de limpar o país e pôr em marcha uma obra de reconstrução nacional³⁶. Em Junqueiro, Oliveira Martins e Pessoa, Nun'Álvares é o único e verdadeiro Messias, aquele que simboliza o Portugal antigo que há de renascer e restabelecer o esplendor. D. Sebastião é um avatar onde foram projectados os sonhos de antigas grandezas. É o *Desejado* que traz o pendão do Império³⁷, que empunhou heroicamente em Alcácer Quibir.

Alguns viram nesta obra de Fernando Pessoa a verdadeira imagem de Portugal e uma das “raras possibilidades de sobrevivência da epopeia em verso”³⁸. Aliás, Pessoa sonhou dar o título de “Portugal” ao livro – “receou, no entanto, que a designação parecesse ambiciosa” – e fez questão de publicá-lo a 1 de Dezembro de 1934³⁹. A sua interpretação é complexa e tem implicações mais vastas do que a mera questão da forma como são vistos os heróis, que foi o aspecto que focámos. Nesta perspectiva, o seu interesse reside na forma lapidar como conseguiu sintetizar a legenda dos grandes heróis nacionais, representando um ponto de chegada de todo um imaginário que pudemos recensear em autores com credos ideológicos distintos. A obra é também fruto de uma época de incertezas que buscava num passado mitificado, como já era costume, se não as respostas, pelo menos a fé para enfrentar o futuro. A visão mística, providencialista e marcadamente conservadora não deixa de reflectir o homem e a época em que foram escritos a maior parte dos poemas.

O ambiente intelectual estava, naquele período, de tal modo impregnado de saudosismos vários que Salazar chamou a atenção para o exagero, no prefácio da entrevista que deu a António Ferro, em 1933: “Por mim atrevo-me a dizer que estamos demasiadamente presos à memória dos nossos heróis – nunca, aliás, querida e venerada em excesso –, demasiadamente escravizados a um ideal colectivo que gira sempre à roda de glórias passadas e inigualáveis heroísmos. O nosso passado heróico pesa demais no nosso presente”⁴⁰. A seguir recordava, de forma prosaica, que os portugueses tiveram heróis, triunfos e glórias fulgurantes em várias partes do mundo, mas foram outros povos que souberam tirar o proveito. E, por fim, deixava o aviso: “A quereremos agarrar-nos às concepções dos tempos heróicos, corremos o risco de parecermos como braços desocupados num mundo que nos não entende”⁴¹. Não profetizava o seu futuro como dirigente político, é claro. As suas palavras destinavam-se somente a apresentar aos portugueses o estadista que queria mudar a face do país e, por isso, precisava de renovar as mentalidades. A mudança que preconizava tinha de firmar-se na reforma da educação, inspirada num “são nacionalismo” que não excluía o

conhecimento do “passado de grandeza heróica”. O “ressurgimento nacional” havia, por conseguinte, de escorar-se na utilização da história com objectivos ideológicos, tal como antes tinham feito os outros regimes políticos.

Nesta entrevista Salazar mostrou-se sensível ao problema da propaganda do regime que entregou, ainda nesse ano, nas mãos competentes de António Ferro. Uma escolha acertada que se revelou logo na forma como conduziu a histórica entrevista e na ideia magistral de equiparar a figura de Salazar ao infante D. Henrique. A imagem que tinha presente era ainda a das páginas de Oliveira Martins: o génio solitário e ascético, dominado por um grande pensamento, que sabia onde queria chegar e foi capaz de levar a cabo a sua obra. Na perspectiva de António Ferro, onde Salazar se “parece com o Infante de Sagres, é na sua tenacidade, no seu misticismo objectivo, tocando as realidades essenciais, na sua fé em si próprio, no seu sonho que parece absurdo, mas que ele sabe possível, porque a certeza está com ele, porque a certeza já está lá dentro...”⁴². Como o Infante é um sábio; um sábio moderno que domina as contas do Estado e se refugia no seu escritório a trabalhar, como aquele fazia na “escola de Sagres”. A estátua de Francisco Franco não desmentiu essa ideia, apresentando-o com as vestes doutorais. É um homem só, “heroicamente só”, sem mulher, sem filhos, sem amigos, cujo único desejo é que o deixem trabalhar em prol da sua Pátria. Da imagem do Infante de Oliveira Martins só não tem a dureza, em contrapartida António Ferro pôde descortinar em Salazar “uma sensibilidade clara [...] à flor dos olhos”. Toque luminoso, lampejo de humanidade que completa o retrato do desejado salvador de Portugal.

Assim foi visto de imediato. Logo na campanha eleitoral de 1934, uma mulher referiu-se a Salazar nos seguintes termos: “Vós sabeis todos que houve um homem, que por muito amar o seu país se lhe deu inteiramente! Esse homem, de um talento novo, de uma vida modelo [...] que trabalha enquanto os outros discutem e que vela enquanto todos dormem; esse homem que nós não vemos, que quase não conhecemos, mas cujo poder sentimos, viu Portugal, outrora criador de novos mundos, na miséria e resolveu salvá-lo!”⁴³. Aquilo que parecia ser uma desvantagem da personalidade fria e reservada de Salazar, transformou-se numa imagem positiva que encarnava um certo ideal de ascetismo cristão e de homem devotado a uma causa nobre. Como retoques finais, por feitio e educação de seminarista, o presidente do Conselho cultivou um estilo caracterizado pela modéstia, sobriedade e simplicidade, identificável com a visão mítica dos homens da “idade heróica” de Portugal. Houve, por isso, quem quisesse ver o rosto de Salazar nos Painéis de S. Vicente de Fora⁴⁴.

Aos nossos olhos de hoje pode parecer uma operação de propaganda quase risível, mas é preciso recuar ao contexto da época e ter presente que em todos os sectores ideológicos se procurava um líder, um chefe que fosse capaz de

restabelecer o esplendor de Portugal. O homem que veio a encarnar esse desejo parecia o menos adequado para desempenhar o papel, mas logo conseguiram projectar nele as virtudes dos heróis antigos e criar-lhe a necessária aura.

É evidente que outros aspectos contribuíram para firmar não a aura, mas o poder de Salazar⁴⁵. Todavia, o que nos importa assinalar aqui é o aproveitamento político que, afinal, acabou por ter o culto dos heróis que se vinha desenhando desde o final do século XIX, no quadro da construção do ideário mítico do nacionalismo português.

Não podemos, contudo, esquecer que há uma significativa diferença entre as diversas correntes ideológicas do mesmo nacionalismo que se reflecte na forma como foram vistos os vários heróis. Alguns conseguiram a unanimidade, mas outros foram especialmente apadrinhados por determinados sectores ideológicos. Camões é o exemplo de uma figura onde todos, de uma forma ou de outra, se reviram (e revêem), um símbolo da nacionalidade desde que em 10 de Junho de 1880 se celebrou o tricentenário da sua morte e os restos mortais, que se pensava pertencerem-lhe, foram trasladados para os Jerónimos.

Olhando de forma retrospectiva e global este período de quase um século, nota-se que a tendência mais forte foi para sacralizar os heróis em nome da pedagogia cívica e da defesa do exemplo para as novas gerações, ou do sentimento de veneração de que falou Teófilo Braga, a pensar nos grandes homens que contribuíram para o progresso da humanidade⁴⁶. Uma linha ideológica que veio a encontrar no nacionalismo de feição mais conservadora os seus principais arautos e desembocou na imagem do povo de " santos, guerreiros e heróis " imaculados que foi veiculada pelo Estado Novo. Várias gerações foram, por conseguinte, educadas ignorando uma parte fundamental da memória histórica da nação e revendo-se em heróis que, afinal, se tinham transformado em autênticos ícones.

Assim sendo, estamos hoje confrontados com um duplo problema:

- Por um lado, a memória de gerações que foram formadas no período do Estado Novo, cujos heróis e quadros de referência sobre a história nacional são tributários de uma visão épica, triunfalista e mítica do passado da nação. Esta representação da história nacional como epopeia e grande gesta colectiva, que teve o seu período áureo nos séculos XV e XVI, remonta a *Os Lusíadas*, de Camões, e, sobretudo, à leitura que foi feita e divulgada do poema desde a época liberal. Não é, por conseguinte, uma criação do Estado Novo, o qual se limitou a dar-lhe uma estruturação e um cunho ideológico próprio.
- Por outro lado, o vazio da memória das novas gerações, formadas no calor das múltiplas reformas do sistema educativo, dos debates pedagógicos e historiográficos entre os especialistas, que conduziu à liquidação do papel

dos indivíduos na história e a uma concepção estruturalista do seu ensino, conceptualizante e abstracta, que a experiência indica que a maior parte dos jovens não assimila. E, quando digo isto, pretendo salientar que se trata de um conjunto de noções, de ideias, de construções do passado que não são integradas como um quadro de referência para pensar o mundo e a sociedade em que vivem. Por isso, entre aquilo que eles são capazes de papaguear para ter uma nota positiva nos exames e o que realmente foram capazes de incorporar como um saber com sentido e com categorias operatórias para interpretar o mundo vai uma distância muito grande. É nesse vazio, que é afinal o resultado da incapacidade do sistema de ensino actual para formar a memória, que se insinuam as velhas representações, de forma difusa e informal. Por isso, todos nós, como professores, temos de fazer um esforço para melhorar as práticas de ensino e, assim, podermos realmente contribuir para a construção de novas representações sobre o passado e para cumprirmos o nosso papel de formadores da memória. Uma memória informada, com quadros de referência renovados. Não diria com novos heróis porque não queremos formar cidadãos passivos, que esperem por *salvadores* da pátria. Mas queremos, certamente, que a história tenha carne e osso. E, sobretudo, que sirva de quadro de referência para compreendermos o país que somos e o mundo em que vivemos.

Notas

¹ Teófilo Braga, *Os centenários como synthese affectiva nas sociedades modernas*, Porto, Tip. A. T. da Silva Teixeira, 1884, p.

² Refira-se, a título de exemplo, *Os Portugueses Ilustres* (1869), de Pinheiro Chagas, a *Galeria de Varões Ilustres* (1880-82), de J. M. Latino Coelho, e o *Plutarco Português. Coleção de retratos e biografias dos principais vultos históricos da civilização portuguesa* (1881), em que colaborou Teófilo Braga, Oliveira Martins, Joaquim de Vasconcelos e Paiva e Pona.

³ Teophilo Braga, *op. cit.*, Porto, 1884, pp. 181-182

⁴ Para uma análise mais detalhada deste problema ver: Fernando Catroga, *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal* (1865-1911), II vol., Coimbra, 1988, p. 891-941 e Sérgio Campos Matos, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do século XIX 1846-1898*, Lisboa, Colibri, Julho de 1998, pp. 384-462

⁵ A obra saiu primeiro na *Revista de Portugal*, antes de ser editada em livro em 1891.

⁶ Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I*, Lisboa, Guimarães & C^o Editores, 1973, p. 8

⁷ Segundo Ernest Cassirer, "ele tinha sempre considerado a história não como um árido manual, mas como uma galeria de retratos" (*O Mito do Estado*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1961, p. 241)

⁸ Oliveira Martins, *A Vida de Nun'Álvares*, Lisboa, Livraria António Maria Pereira, 1893, p. 14

⁹ *Idem*, p. 17

¹⁰ *Idem*, p. 8 da "Advertencia"

¹¹ *Idem*, p. 444

¹² *Idem, ibid.*

¹³ A visão do infante D. Henrique como um estudioso incansável não é alheia ao testemunho de Zurara e à própria imagem que Oliveira Martins possuía de si, como um místico da ciência. (Cf. António Álvaro Dória, "Oliveira Martins e o infante D. Henrique", in *Ocidente*, nº 264, Lisboa, p. 171)

¹⁴ Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I*, Lisboa, Guimarães & C^o Editores, 1973, p. 316

¹⁵ *Idem*, p. 78

¹⁶ *Idem*, p. 316

¹⁷ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*, introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança, s.l., Livraria Civilização, 1973, p. 37 e 40

¹⁸ Cf. Maria Isabel João, *o Infante D. Henrique na Historiografia*, Lisboa, 1994, p. 12 e segs.

¹⁹ Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I*, p. 181

²⁰ *Idem*, *O Príncipe Perfeito*, precedido de uma introdução acerca do complemento e plano geral da obra por Henrique de Barros Gomes, 4^a ed., Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira, 1933

²¹ *Idem*, *A Vida de Nun'Álvares*, p. 7 da "Advertencia"

²² *Idem, ibid.*

²³ Oliveira Martins, *Os filhos de D. João I*, p. 275

²⁴ Cf. *Exortação à Mocidade*, Lisboa, 1924

²⁵ Jorge Borges de Macedo, "Significado e evolução das polémicas de António Sérgio. A Ideologia da Razão (1912-1930)" in *Revista de História das Ideias*, vol. V, Coimbra, 1983, p. 506

²⁶ Sobre o D. Sebastião afirma: "Não é o último dos heróis antigos, mas o primeiro dos patetas modernos; e compendia no seu modo de ser os piores defeitos do português actual". Mais adiante completa o quadro: "Cruel, egoísta, bronco, torpe" e "insensível à graça das raparigas". ("Carta-Prefácio a C. Malheiro Dias" in *Testemunhos históricos, O Desejado, depoimentos de contemporâneos de D. Sebastião sobre este mesmo rei e sua jornada de África*, precedidos de uma Carta-Prefácio a Carlos Malheiro Dias, por António Sérgio, Lisboa, 1924, p. XXII)

²⁷ *Ibid.*, p. XXVIII

²⁸ *Ibid.*, p. XXIII

²⁹ Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal da formação ao 5 de Outubro*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991, p. 389

³⁰ Joaquim Romero Magalhães, "No trilho de uma ambição: o poeta-historiador Jaime Cortesão (1919-1927) in *Cadernos de História Económica e Social*, 6-7, Lisboa, 1985, p. 47

³¹ Jaime Cortesão, "Cartas à Mocidade. Queres ser um Homem?" in *Seara Nova*, n.º 3, Novembro de 1921. Cortesão distinguia duas fases na sua concepção da história que dependeram da sua iniciação como historiador: "Até ali a história incarnava para nós em personalidades que a dirigiam, os Heróis, segundo o conceito épico e hipertrófico de Carlyle. Longos anos passados nos arquivos, quer nos portugueses quer nos estrangeiros, levaram-nos a dar uma importância crescente à criação anónima e colectiva". Citado por Joaquim Romero Magalhães, *op. cit.*, p. 32

³² Marinho dos Santos, "Notas para o (re)conhecimento de Jaime Cortesão" in *Cadernos de História Económica e Social*, 6-7, Lisboa, 1985, p. 68

³³ Joaquim Romero Magalhães, *op. cit.*, p. 33

³⁴ Teixeira de Pascoais, *Arte de Ser Português*, Lisboa, 1978 (1ª ed., 1915), p. 72

³⁵ Fernando Pessoa, *Mensagem*, 19ª ed., Lisboa, Edições Ática, 1997 (Cf. índice)

³⁶ *Idem*, "Anotações: Balanço Patriótico" in *Pátria*, Porto, Lello Editores, s. d., p. 195-196

³⁷ *Idem*, p. 74

³⁸ David Mourão-Ferreira, "Nota à 7ª edição" in Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 12

³⁹ *Idem, ibid.* "Pessoa, Fernando António Nogueira" in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Venda Nova, 1996, p. 722

⁴⁰ António Ferro, *Salazar o homem e a sua obra*, Lisboa, 1982 (prefácio)

⁴¹ *Idem, ibid.*

⁴² *Idem*, p. 178

⁴³ Discurso de uma mulher, Cândida Parreira, na altura da campanha eleitoral de Dezembro de 1934. Cit. José Gil, *Salazar: a retórica da invisibilidade*, Lisboa, 1995, p. 35

⁴⁴ Reprodução da capa do *Noticias Ilustrado*, de 24 de Dezembro de 1932 (in António Ferro, *Salazar o homem e a sua obra*, Lisboa, 1982, extra-texto)

⁴⁵ Para além das condições sócio-económicas e políticas que foram analisadas por Fernando Rosas e outros historiadores, o próprio Salazar contribuiu para criar a sua imagem de uma forma que não pode deixar de ser tida em conta. Veja-se de José Gil, *Salazar: A retórica da invisibilidade* (Lisboa, Relógio d'Água, 1995)

⁴⁶ Apontemos dois exemplos distanciados no tempo, mas consonantes nos propósitos mais gerais. No centenário de 1898, Brito Rebelo referiu-se à ideia corrente de que nem sempre a pátria tinha sido justa com os seus grandes homens e acrescentou: "o espírito moderno, porém, criando uma nova religião, limpa, é certo, dos erros e maculas dos cultos antigos, colloca nos altares da patria o vulto d'esses sublimes semi-deuses, cercando-os de respeito e homenagens das gerações que vão passando" (Brito Rebelo, "Vasco da Gama" in *O Occidente*, vol. XXII de Maio de 1898, p. 99). Em 1934, António Cabreira escrevia: "as Pátrias, para subsistirem íntegras e fortes, têm de criar e manter uma perfeita mística, tecida pela veneração aos seus Heróis, pelo cântico dos seus rasgos de civismo e bravura, revérbero da Unidade Moral da Nacionalidade e efeito do Estimulo dado pelo êxito de outros exemplos edificantes" (*Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 52.ª série, N.º II e 12, Novembro-Dezembro de 1934, p. 455).